



# IMPACTOS DA URBANIZAÇÃO NA SAÚDE MENTAL DE ACADÊMICOS INDÍGENAS KAINGANG, GUARANI E XOKLENG E RECURSOS DE ENFRENTAMENTO

*Gabriel de Oliveira Ribas<sup>1</sup>, Rute Grossi-Milani<sup>2</sup>*

<sup>1</sup>Acadêmico do Curso de Medicina, Campus Maringá-PR, Universidade Cesumar - UniCesumar. Bolsista PIBIC/ICETI-UniCesumar. gabrieloliveira\_mga@hotmail.com

<sup>2</sup>Orientadora e Docente do Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde e do Curso de Psicologia da Universidade Cesumar - UniCesumar. Pesquisadora do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação - ICETI. Bolsista Produtividade em Pesquisa do ICETI. Campus Maringá-PR; rute.milani@docentes.unicesumar.edu.br

## RESUMO

A urbanização das populações indígenas no Brasil tem gerado desafios significativos à saúde mental, devido ao isolamento social, discriminação e perda de identidade cultural. O objetivo do presente projeto é investigar o impacto da migração urbana na saúde mental da população acadêmica indígena explorando os fatores associados à ansiedade, estresse e depressão, bem como os recursos de enfrentamento e resiliência. Será realizado um estudo quantitativo, com abordagem transversal. A população de estudo será composta por acadêmicos indígenas Kaingang, Guarani e Xokleng que habitam em áreas urbanas do município de Maringá. Os dados serão coletados por meio de questionário sociodemográfico e escalas validadas. O estudo busca fornecer uma compreensão sobre os fatores que contribuem para a vulnerabilidade a transtornos mentais entre acadêmicos indígenas, explorando também os recursos de enfrentamento e resiliência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Migração Urbana; Política em Saúde Pública; Saúde da População Indígena.

## 1 INTRODUÇÃO

As populações indígenas têm vivenciado transformações intensas nas últimas décadas, impulsionadas pela urbanização e pelo contato ampliado com a sociedade não indígena (Di Sopra, 2022). Nesse contexto, as ideias de homogeneização e subalternização impostas pela colonialidade continuam moldando as relações de saber e poder, sobretudo quando se trata das populações indígenas em centros urbanos (Nascimento; Vieira, 2015).

No Brasil, a urbanização indígena é crescente: 63,27% dos indígenas vivem fora de Terras Indígenas, enquanto 36,73% permanecem nelas. O Censo 2022 do IBGE mostra que 4.832 cidades (86,7% do total) possuem moradores indígenas, com destaque para Manaus (71,7 mil), São Gabriel da Cachoeira (48,3 mil) e Tabatinga (34,5 mil), todas no Amazonas. Regionalmente, a maior concentração está no Norte (44,48%) e no Nordeste (31,22%), que juntos somam 75,71% da população indígena total.

No Paraná, o Censo 2022 identificou 30.460 indígenas autodeclarados, correspondendo a 0,27% da população estadual, com crescimento de 14% em relação a 2010. Dos 399 municípios, 345 possuem ao menos um indígena, e em 178 houve aumento dessa população. Os principais grupos são Kaingang (cerca de 70%) e Guarani (30%), além de descendentes Xetá e Xokleng. Cerca de 13.887 vivem em terras demarcadas, como a Terra Indígena Rio das Cobras, que abriga 3.102 habitantes. A população indígena apresenta perfil jovem, concentrado entre 15 e 24 anos, embora o Censo registre também recém-nascidos e centenários.

A migração urbana ocorre por diferentes razões, como busca por educação, emprego e melhores condições de vida, ou em decorrência da expulsão de territórios tradicionais (Ricardo; Klein; Santos, 2013). No entanto, essa inserção em áreas urbanas muitas vezes expõe os indígenas a ambientes que não acolhem suas práticas culturais, resultando em discriminação, isolamento social e perda de identidade, fatores que aumentam a vulnerabilidade a transtornos como ansiedade, estresse e depressão (Tobias



et al., 2023; Barbosa; Asfora; Moura, 2020). A presença indígena nas universidades cresceu com a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), fortalecendo comunidades e promovendo a descolonização do saber, mas ainda exige ampliação de políticas de permanência e combate ao preconceito (Bergamaschi; Doebber; Brito, 2018).

Diante disso, este estudo tem como objetivo geral investigar o impacto da migração urbana na saúde mental da população acadêmica indígena Kaingang, Guarani e Xokleng, explorando os fatores associados à ansiedade, estresse e depressão, bem como os recursos de enfrentamento e resiliência. Os objetivos específicos incluem: (1) realizar um levantamento sociodemográfico da população acadêmica indígena; (2) analisar os indicadores de saúde mental em populações acadêmicas indígenas residentes em áreas urbanas; (3) identificar os principais fatores associados ao comprometimento da saúde mental; e (4) explorar os mecanismos de enfrentamento adotados por acadêmicos indígenas urbanos para lidar com as adversidades. A investigação busca ainda compreender como práticas culturais, espirituais e redes comunitárias atuam como estratégias de resiliência (Juliano; Yunes, 2014; Silva; Elsen; Lacharité, 2003), fornecendo subsídios para políticas públicas e ações que promovam o bem-estar integral da população indígena acadêmica.

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo será de natureza quantitativa, com delineamento transversal, e contará com aproximadamente 30 acadêmicos indígenas adultos, homens e mulheres, pertencentes às etnias Kaingang, Guarani e Xokleng. Os participantes residem em áreas urbanas e possuem vínculo com a Associação dos Universitários Indígenas da UEM (AUIND). O recrutamento será realizado por meio de contato institucional e divulgação em cartazes. Serão incluídos indivíduos maiores de 18 anos, residentes em áreas urbanas e matriculados em cursos de ensino superior; serão excluídos menores de idade, indígenas de outras etnias e residentes em áreas rurais ou aldeadas.

A coleta de dados será feita por meio de quatro instrumentos: (1) questionário sociodemográfico, para caracterizar o perfil dos participantes; (2) DASS-21, que avalia sintomas de ansiedade, estresse e depressão; (3) Escala de Apoio Social (MOS-SSS), que mensura apoio material, afetivo, emocional, de interação social e informacional, permitindo relacionar suporte social à saúde mental; e (4) Escala de Resiliência (ER), validada no Brasil, que identifica o grau de adaptação frente às adversidades, classificada em baixa, média ou alta resiliência. Esses instrumentos possibilitam uma análise abrangente sobre fatores de risco e proteção relacionados à saúde mental dos acadêmicos indígenas.

Os dados serão analisados em três etapas. A análise descritiva incluirá médias, desvios-padrão e distribuições de frequência, oferecendo um panorama geral dos indicadores de saúde mental, resiliência e suporte social. Em seguida, a análise de correlação verificará associações entre variáveis sociodemográficas, culturais e os níveis de ansiedade, estresse e depressão. Por fim, a regressão múltipla será utilizada para identificar fatores que contribuem significativamente para o comprometimento ou proteção da saúde mental, permitindo compreender o papel de variáveis sociais, culturais e de enfrentamento no bem-estar dos participantes.

O estudo seguirá rigorosamente as diretrizes éticas para pesquisas com seres humanos, conforme Resolução nº 196/96 e nº 304 do Conselho Nacional de Saúde, em consonância com a Convenção 169 da OIT. Será exigida anuência das comunidades envolvidas, além da obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), adaptado às especificidades culturais e linguísticas dos participantes. A confidencialidade dos dados será assegurada, e atenção especial será dada à preservação dos direitos



culturais, da identidade e da dignidade dos acadêmicos indígenas, reconhecendo-os como sujeitos coletivos e individuais de pesquisa.

### 3 RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que este estudo forneça uma compreensão mais profunda sobre os desafios enfrentados pela população acadêmica indígena Kaingang, Guarani e Xokleng em relação à saúde mental. A pesquisa visa identificar os fatores que contribuem para a vulnerabilidade a transtornos mentais e explorar os mecanismos de enfrentamento que permitem a resiliência, com o intuito de informar políticas públicas e ações de saúde direcionadas à população indígena nas áreas urbanas.

### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo não apenas poderá contribuir para o avanço científico, mas também para subsidiar estratégias de acolhimento culturalmente sensíveis nas universidades, fortalecendo redes de apoio psicossocial e promovendo a valorização da identidade indígena em contextos urbanos. Assim, espera-se que os resultados sirvam como base para o desenvolvimento de programas de prevenção, intervenção e políticas públicas que ampliem a equidade em saúde mental e favoreçam a permanência acadêmica.

### REFERÊNCIAS

BARBOSA, Leopoldo Nelson Fernandes; ASFORA, Gabriela Catel Abrahamian; MOURA, Marina Carvalho de. Ansiedade e depressão e uso de substâncias psicoativas em jovens universitários. SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas (Edição em Português), São Paulo, Brasil, v. 16, n. 1, p. 1–8, 2020. DOI: 10.11606//issn.1806-6976.smad.2020.155334. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/smad/article/view/167093>.. Acesso em: 6 dez. 2024.

BERGAMASCHI, M. A.; DOEBBER, M. B.; BRITO, P. O.. Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 99, n. 251, p. 37–53, jan. 2018.

Censo Demográfico 2022. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 6 dez. 2024.

CENSO IBGE 2022. Divulgação dos Resultados. Disponível em:

<<https://censo2022.ibge.gov.br/etapas/divulgacao-dos-resultados.html>>. Acesso em: 13 jun. 2025.

CENSO IBGE 2022. IBGE | Indígenas | gráficos e tabelas. Disponível em:

<<https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>>. Acesso em: 15 abr. 2025.

DI SOPRA, Fernando Ernesto Baggio. Territorializações indígenas no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus Litoral Norte, Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento, Tramandaí, BR-RS, 2022. DOI: 10.18310/9786554620659



JULIANO, M. C. C.; YUNES, M. A. M.. Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. *Ambiente & Sociedade*, v. 17, n. 3, p. 135–154, jul. 2014.

NASCIMENTO, A. C.; VIEIRA, C. M. N. O índio e o espaço urbano: breves considerações sobre o contexto indígena na cidade \* The indian and the urban area: brief observations on the indigenous context in the city. *Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade*, [S. l.], n. 14, 2015. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/26141>. Acesso em: 5 dez. 2024.

RICARDO, FANY (ED); KLEIN, TATIANE (ED); SANTOS, TIAGO MOREIRA DOS (ED). *Povos indígenas no Brasil: 2017/2022 - 2. ed.* São Paulo, SP : ISA - Instituto Socioambiental, 2023.

SILVA, M. R. S. DA ; ELSEN, I.; LACHARITÉ, C.. Resiliência: concepções, fatores associados e problemas relativos à construção do conhecimento na área. *Paidéia* (Ribeirão Preto), v. 13, n. 26, p. 147–156, jul. 2003.

TOBIAS, RODRIGO; TOLEDO, NOELI DAS NEVES; BEZERRA, CAMILA CARLOS; ALVES, RANIELE ALANA LIMA; ANDRADE, TAIS RANGEL CRUZ. *A saúde indígena nas cidades: redes de atenção, cuidado tradicional e intercultural*. 1.ed. - Porto Alegre, RS: Editora Rede UNIDA, 2023. 306 p.: (Série Saúde & Amazônia, v.26).